



# Servidores na Luta



(13) 9 9179-0838  
13. 3228.7400  
sind\_serv@uol.com.br  
www.sindservsantos.org.br  
/SindservSantos  
/sindservsantos

Av. Campos Sales, 106, Vila Nova - Santos/SP - CEP 11013-401

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos - Edição 111 - Julho de 2018

## ATENÇÃO PROFESSORES: 01/08 TEM REUNIÃO COM O GOVERNO SOBRE A PROMOÇÃO!

No dia 01/08 (quarta-feira), às 18h, no Paço Municipal (4º andar), teremos uma reunião com o governo que se comprometeu a apresentar a totalidade de salas, número de alunos e quantidade de profissionais da educação por sala e por escola (informação que deveria estar no Portal da Transparência).

A presença dos docentes nessa

reunião é imprescindível para pressionar o governo na ampliação dos cargos publicadas no Edital do Concurso de Promoção 001/2018-SEGES para PEB I e II, pela abertura imediata de um novo Concurso Público de Promoção para Equipes Técnicas (abrindo mais vagas ainda para PEBs I e II) e pela realização de Concurso Público para ingresso

de Professores Adjuntos para suprir todas as vagas advindas da Promoção, tudo isso pra ontem.

Porém, por anos o governo tem tratado este assunto de forma irresponsável, dificultando as condições de trabalho para os professores e de estudo para os alunos.

Atualmente temos centenas de cargos vagos (aposentadorias,

exonerações, falecimentos, novas escolas, abertura de salas), além das dezenas de salas "provisórias", que de provisórias não tem nada (algumas HÁ MAIS DE 10 ANOS). A própria Seduc apresentou um quadro de necessidades no ano passado e foi sumariamente ignorada pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

**SÓ A LUTA COLETIVA  
MUDA A VIDA!**

**TODOS JUNTOS PELA PROMOÇÃO  
E PELA URGENTE REPOSIÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

**01/08 (QUARTA-FEIRA),  
18H, NO PAÇO MUNICIPAL  
(4º ANDAR)**



# ALVO DE CPI, FUABC PRESTA CONTAS SOBRE A UPA



## ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS

Sempre que confrontada sobre a demora para atendimento e a má qualidade dos serviços prestados na UPA Central de Santos, a Prefeitura rebate alegando que o problema é a excessiva e crescente quantidade de pessoas que buscam a unidade.

Segundo o Município, a “sobrecarga” se daria por três fatores: Usuários de outras cidades, pessoas que vão até o local sem necessidade (poderiam ser tratadas nas policlínicas e ambulatórios) e maior demanda com egressos de planos de saúde.

O fato é que a UPA, terceirizada para a Fundação do ABC por quase R\$ 21 milhões ao ano, não tem registrado aumento no atendimento, conforme dados da prestação de contas dos últimos quadrimestres.

Os dados, apresentados em audiência pública na Câmara, no dia 30/05, desmentem as desculpas esfarrapadas do secretário de Saúde, Fábio Ferraz, e também dos vereadores subservientes que blindam o governo e as organizações sociais de qualquer fiscalização decente.

Segundo o balanço apresentado, a quantidade de atendimentos no primeiro quadrimestre deste ano caiu 13% em relação ao mesmo período de 2017. A média mensal de pessoas atendidas, que era de 18.962, passou para 16.497 esse ano.

Analisando a quantidade de consultas, mais números em queda ainda maior no período. Entre janeiro e abril deste ano foram registradas 61.372 consultas (média de 15.543 por mês e de 518 por dia). O número é 18% menor que no mesmo período do ano passado.

Para se ter uma ideia, a meta de atendimentos prevista no Plano Operativo do contrato com a empresa é bem superior: 19.500 por mês ou 650 por dia.

Na tabela abaixo é possível ver que os números de exames e de procedimentos médicos também decresceram.

Com os dados sobre a mesa, fica difícil entender porque as queixas de demora de até 5 horas para atendimento só aumentam nos últimos meses. Já está claro que a verdade não está nos discursos dos governistas sobre a intensa demanda.

Portanto, preferimos acreditar nos relatos dos usuários. Muitos são taxativos em afirmar que o número de médicos é insuficiente e que as equipes que atuam na sala de medicação, na enfermaria, no setor de Raio X e na ortopedia são reduzidas.

### Demanda de fora

Também não procede a justificativa da Prefeitura de que a UPA está sobrecarregada com uma quantidade enorme de pacientes das cidades vizinhas. Os relatórios de prestação de contas indicam que menos de 26% dos usuários não são de Santos.

Esse percentual (entre 25 e 30%), sempre foi registrado nos pronto-socorros santistas, em especial no PS Central e no PS da Zona Noroeste.

### Classificação de Risco

Outra desculpa do Governo para rejeitar os péssimos e caros serviços da FUABC e justificar a permanência da OS é que a população não sabe usar o serviço e procura a unidade com problemas de saúde menos graves.

O levantamento dos primeiros quatro meses do ano aponta que 46% dos pacientes obtiveram classificação de risco azul, dada aos casos mais brandos.

Teoricamente, essas pessoas deveriam de fato estar tratando suas enfermidades na rede de saúde básica. Isso numa cidade onde as coisas funcionam. No entanto, a maioria dos usuários se queixa da demora excessiva para consultas e exames nas policlínicas. Com dores, as pessoas acabam buscando o pronto atendimento para aliviar os sintomas.

A falha, portanto, é da Prefeitura. Ironicamente, neste governo, as defici-



ências em uma ponta dos serviços são usadas convenientemente como justificativas para as filas na UPA.

É assim também com a taxa média de permanência na unidade, que deveria ser de 24 horas e chega a 4 dias. Por várias vezes esta o Projeto Ataque aos Cofres Públicos entrevistou acompanhantes e até pacientes alocados por dias em poltronas na sala de medicação. Mostramos situações improvisadas para casos complexos que aguardavam vagas para internação.

### Pra eles está tudo bem

Na audiência pública que tratou do assunto, não houve questionamentos por parte dos vereadores. Diante de um auditório com cerca de 15 pessoas – a maioria chefes de seção e de departamento da própria secretaria – ainda foram ditas bravatas sobre o modelo de gestão por OSs.

“Foi uma sacada do governo FHC. É uma forma da população participar do serviço público”, disse o diretor geral do Hospital dos Estivadores, Julio Cesar Massonetto.

O secretário de Saúde, Fábio Ferraz, concordou. Ele, que já tinha reforçado a decisão de terceirizar a gestão das futuras UPAs da Zona Noroeste e Zona Leste, classificou a leitura como acertada. “Mudar a gestão clássica para a gestão com terceiro setor é um movimento muito importante para a região”,

opinou o secretário, que é advogado e não tem formação na área da saúde.

### Ficha Suja

OSs trazem mais eficácia? Só se for na arte de desviar dinheiro público e lucrificar com a saúde pública. Lembramos que a OS FUABC está sendo alvo de sucessivas condenações do Tribunal de Contas por irregularidades na execução de contratos e nas prestações de contas.

Em Praia Grande, a OS ficou sem receber repasses em junho por determinação do órgão. No referido processo, a empresa foi condenada a devolver R\$ 4 milhões à Saúde. Por causa disso, trabalhadores terceirizados do Hospital Irmã Dulce ficaram sem salários.

A OS também é alvo de ação proposta pelo Ministério Público, por irregularidades em um outro contrato com a Prefeitura de Praia Grande, envolvendo o PS do Boqueirão. Por causa destes e outros problemas, a FUABC virou alvo de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na cidade. Nenhum desses fatos foi comentado pelos poucos vereadores que compareceram no evento.

Aliás, o vereador Braz Antunes (PSD) fez questão de elogiar o modelo. “Quero elogiar tanto a UPA, quanto o Hospital dos Estivadores. As OSs estão fazendo seu trabalho. Estão de parabéns”.

O toque de entusiasmo final ficou para Antônio Carlos Banha Joaquim (MDB). “Parabéns pelas cinco horas de respeito da população de Santos. Tivemos aqui um verdadeiro seminário de Saúde Pública. É isso o que engrandecer toda a cidade. Com respeito e harmonia chegamos ao progresso mútuo”, disse, ao finalizar a audiência.

É muito escárnio com a população, que paga os salários de todos e também os polpudos e ineficientes contratos com as OSs.

Fatores de desempenho quantitativo	1º Quadrimestre de 2017		1º Quadrimestre de 2018		Queda no período
	Média/mês	Total	Média/mês	Total	
Atendimentos	18.962	75.850	16.497	65.991	13%
Consultas	18.687	74.750	15.543	61.372	18%
Exames	20.805	83.218	20.163	80.652	3,1%
Procedimentos*	3.533	14.130	3.470	13.879	1,8%

ACESSE: [WWW.ATAQUEAOSCOFRESPUBLICOS.COM](http://WWW.ATAQUEAOSCOFRESPUBLICOS.COM)

PARA QUEM  
ELES TRABALHAM?

# ‘LEI DA MORDAÇA’: AUTOR DA LEI FALTA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA E RECEBE CRÍTICAS

Ficou bastante embaraçosa a situação do vereador Antonio Carlos Banha Joaquim (MDB, 5º Mandato), autor da Lei 3.397/2017, influenciada pelo “Escola sem Partido”.

Na tarde do dia 20/06, a Câmara de Santos realizou uma audiência pública para tratar do projeto de veto à legislação. Banha faltou ao evento e foi acusado de se esquivar do debate sobre os impactos das novas regras.

Em sua ementa, a lei aprovada em novembro do ano passado institui “no âmbito do sistema municipal de ensino, a proteção às crianças de textos, imagens, vídeos e músicas pornográficas e dá outras providências”.

Entre os presentes na audiência, o entendimento geral foi de que a lei simboliza um verdadeiro insulto à Cidade, aos educadores e a todos os profissionais que atuam na área da Cultura e Educação. Os participantes reiteraram a necessidade de que a legislação seja extinta pela Câmara, ainda que seja muito provável a anulação pela via judicial.

Por ser inconstitucional, a matéria teve seus efeitos suspensos por uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça. A Procuradoria-Geral do Estado ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade demonstrando o vício de iniciativa da propositura, já que compete à esfera federal tratar de tudo o que se relacione às diretrizes educacionais, aos conteúdos curriculares e às normas de proteção a crianças e adolescentes.

Durante a audiência, a iniciativa do vereador foi duramente criticada por especialistas da área do Direito, da Educação, da Saúde, além de membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil e do Conselho Tutelar. Mães, pais e estudantes também questionaram a falta de consulta popular.

Muitos lamentaram que Banha tenha faltado ao encontro para se posicionar. “Ele disse que o povo está com ele e aprova a lei. Mas hoje, quando o povo está reunido para discutir o assunto, o vereador não vem. Como Santos, uma das nove cidades do



mundo que possuem o Selo de Cidade Criativa, pode se deparar com uma lei que cerceia a cultura nas escolas?”, questiona Junior Brassalotti, do Conselho Municipal de Cultura.

## EDUCAÇÃO

Educadores se mostraram extremamente preocupados quanto às ingerências na autonomia pedagógica das escolas. Mais do que isso, denunciaram que artigos da lei abrem brechas para que os conteúdos ligados à educação sexual passem a ser interpretados como pornografia ou conteúdo obsceno.

Membros de projetos de educação sexual e prevenção à gravidez precoce, Aids e DSTs, como o Projeto “De Mãos Dadas” e “Jovem Doutor” se dizem diretamente afetados.

Todo um trabalho comprometido com o enfrentamento à violência sexual infantojuvenil também está em risco, segundo a coordenadora da Comissão Municipal sobre esse tema e titular do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Claudia Diegues.

“Sempre tivemos a subnotificação de casos de abuso sexual. Com o trabalho destes projetos nas escolas, as estatísticas cresceram porque mais casos passaram a ser notificados. Mais informações foram levadas e mais crianças puderam ser acompanhadas. A nova lei só veio embaraçar o trabalho dos conselhos de direitos”, resume.

## RETROCESSO

O professor da Rede Municipal de Educação e diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindserv), Cássio Canhoto, lembrou a Santos de vanguarda na resistência e organização dos trabalhadores. Enfatizou a lei como mais um exemplo de punição da classe trabalhadora e de seus filhos, que estão na escola pública.

“É espantoso que em momentos de retrocesso histórico ainda tenhamos que ver, em uma cidade que foi talvez a maior vítima do golpe militar, grupos pedindo intervenção. Esta Casa, que deve zelar pelas liberdades democráticas conquistadas com sangue, suor e lágrimas, precisa reverter esta situação. Continuaremos denunciando sempre que um agente político desta cidade se tornar inimigo da categoria e da população. Sabemos que de onde saiu esse projeto sairão outros. Teremos que combater”.

O assistente social e psicólogo Flávio Saraiva enfatizou o caráter demagógico da lei. “A desgraça que acontece na UPA e no Complexo Hospitalar da ZN não é objeto de fiscalização deste vereador. Será que ele não tem mais nada a fazer, por isso inventou essa lei? Na verdade, a medida pretende buscar votos, demagogicamente, de setores desta cidade”.

Ele completa o raciocínio com algumas perguntas: “Por acaso existem contra professores, educadores da

saúde e o funcionalismo público acusações de incentivo à pedofilia, pornografia ou coisas ilegais no campo da sexualidade? Temos alguma pesquisa indicando isso? Essa lei agride todos que trabalham com desenvolvimento da criança e do adolescente e insulta as pessoas que produzem cultura”.

Banha também é autor de um requerimento enviado ao Executivo no fim de maio, sugerindo a volta das aulas de Educação Moral e Cívica em Santos. Segundo historiadores, a disciplina era utilizada na ditadura pelos militares como instrumento de propaganda do regime.

Como se pode perceber, muitos políticos têm sido hábeis em surfar na onda conservadora desse último período. Bandeiras com esse viés têm sido levantadas como fins meramente eleitoreiros. É um jeito dos políticos captarem simpatia de alguns setores da população, sem que precisem formalizar a participação direta em conteúdos programáticos de cunho fascista.

“Através da história, a gente percebe claramente que a sexualidade e a moralidade sempre foram instrumentos utilizados para a dominação política. É interessante que a sociedade discuta e veja se deseja que as pessoas sejam manipuladas. Esse projeto de lei não teria sido proposto, não fosse esse momento trágico da realidade brasileira e mundial”, opinou o jurista Sérgio Sérvulo, do Fórum da Cidadania.

# MAIS UM SETOR SENDO DESMONTADO PELO GOVERNO: CENTRAL DE SERVIÇOS

No mês passado se encerrou o prazo Legal para nomear os candidatos do último Concurso Público. O governo só chamou 2 Técnicos de Informática, mesmo tendo 15 cargos vagos.

A Central de Serviços da SESERC (Seção de Suporte para Equipamentos e Rede de Comunicação) contava com 8 Técnicos de Informática estatutários, **agora só RESTAM 2!** E o chefe do departamento já avisou que a ideia é ter apenas Técnicos de Informática da Pro-

desan no setor.

O suporte feito pelos servidores, via telefone, é fundamental para resolver problemas técnicos em equipamentos de informática com agilidade e economizando recursos de transporte. Entretanto, parece que o governo quer mesmo é arrumar uma desculpa para entregar todo o importante serviço nas mãos de alguma empresa privada disfarçada de Organização Social (OS). Ou seria pura incompetência de gerir os recursos próprios?

Por isso, os Técnicos de Informática foram até o Paço Municipal ontem (12/07) e entregaram as seguintes reivindicações:

- **Alocação** na Central de Serviços (SESERC) de **2 Técnicos de Informática nomeados** em maio deste ano;
- **Recomposição do quadro original** da Central de Serviços com **8 Técnicos de Informática concursados**;
- Abertura de concurso público para o preenchimento dos cargos vagos de Técnico de Informática.

Nesse encontro, o Secretário de Gestão se comprometeu a marcar uma reunião com a presença do chefe de Departamento de Gestão de Tecnologia e Informação (DETIC). Essa reunião será no dia **30/07, às 18h, no Paço Municipal (4º andar)**.

É URGENTE a resolução desse problema já que é recorrente os problemas no sistema de gestão dos Hospitais e Prontos Socorros, por exemplo, que não podem esperar dias para serem resolvidos.



## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ENTREGAM REIVINDICAÇÃO



Os Agentes Comunitários de Saúde deram importantes passos no movimento, fizeram uma assembleia que encheu o auditório do sindicato e foram até o Paço Municipal entregar a reivindicação de incluir o cargo na concessão da Gratificação de Incentivo de Desempenho.

Apesar de essencial para os Programas contemplados pela Gratificação, os Agentes não recebem porque, na data que a Lei foi instituída (27/10/2015), o cargo ainda não fazia parte do quadro de servidores do município.

Além da inclusão, os servidores reivindicam a ampliação dos valores a serem divididos para o conjunto dos

cargos e o agendamento de uma reunião com o governo sobre o assunto.

Aguardaremos a data de reunião, assim que for marcado o sindicato anunciará mais uma vez em todas as unidades onde atuam os Agentes e por todos os meios eletrônicos (site, redes sociais, email, WhatsApp...).

Porém, se o governo demorar muito para marcar, os trabalhadores já avisaram que continuarão na pressão e decidirão coletivamente o que farão.

### Estágio probatório

A maioria dos Agentes entrou recentemente na Prefeitura de Santos, por isso



vale ressaltar algumas informações importantes sobre o período probatório.

Essa etapa nada mais é do que um período no qual o funcionário público será avaliado sobre determinados aspectos do trabalho. Essa avaliação nada tem a ver com o seu direito constitucional à livre organização dos trabalhadores, incluindo sua sindicalização, participação em reuniões, assembleias, mobilizações e, até mesmo, uma possível greve.

Entretanto, pode acontecer de chefias quererem ser "mais realistas que o rei" e tentarem intimidar o trabalhador que se mobiliza por seus direitos. Qualquer sinal de re-

presaria, o servidor deve procurar o sindicato. A melhor forma de nos preservarmos é agirmos sempre coletivamente, assim como os Agentes estão fazendo nesse movimento. E a melhor forma de se proteger contra qualquer perseguição também é coletiva.



Veja a Lei na íntegra aqui:  
<http://sindservsantos.org.br/wp/wp-content/uploads/dec5894.doc>

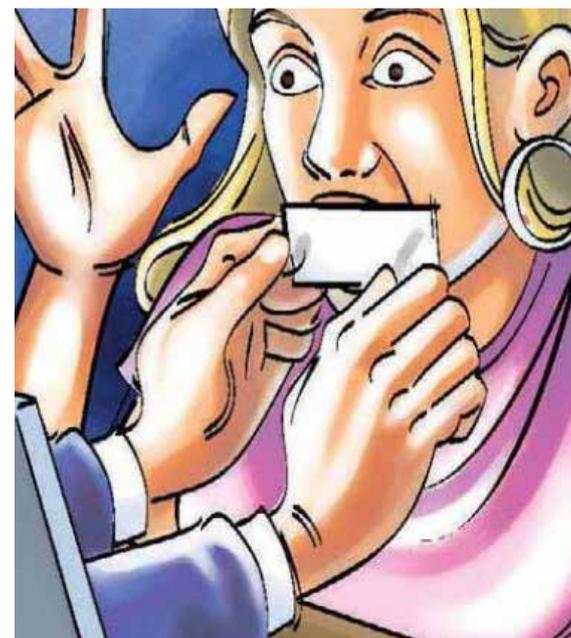
## NOTA DE REPÚDIO À CENSURA EM CUBATÃO

O prefeito de Cubatão, Ademário (PSDB, mesmo partido do Paulo Alexandre Barbosa), entrou com Ação na Justiça para censurar a Comissão de Lutas dos Servidores de Cubatão, principal instrumento de luta dos funcionários municipais da cidade.

Na Ação, o tucano diz que a página do Facebook da Comissão foi criada com a única intenção de destruir sua imagem. A Comissão de Lutas, independente de governos, luta na defesa dos direitos dos servidores públicos municipais de Cubatão e por serviço público de qualidade aos munícipes da cidade.

Além disso, a Comissão existe desde 2015, já mobilizava os servidores no governo de Márcia Rosa (PT). O próprio Ademário (vereador na época) demonstrava publicamente apoio ao movimento quando era de seu interesse político.

É lamentável mais essa tentativa de calar um movimento de trabalhadores. Práticas fascistas para com os trabalhadores NÃO PASSARÃO!



## ENTREGUE REIVINDICAÇÃO DOS SERVIDORES COM 2 REGISTROS

Os servidores que têm 2 registros na Prefeitura de Santos foram até o Paço Municipal no dia 02/07 pedir oficialmente uma reunião com o governo para tratar da reivindicação de extensão do Auxílio Alimentação e Cesta Básica para os 2 registros.

Esses servidores passaram por 2 concursos públicos (para cargos que a

Lei permite dois vínculos) e têm todos os descontos em dobro, nada mais justo do que receber todos os benefícios que têm direito.

Vale lembrar que, caso o trabalhador optasse ter 2 registros em duas cidades diferentes, ele receberia todos os benefícios nas duas cidades normalmente. Em Cubatão, por exemplo, os funcioná-

rios recebem todos os benefícios nos 2 registros.

Não há nenhum impedimento jurídico ou financeiro, esse é um problema simplesmente político, pois alteraria muito pouco no orçamento e esses benefícios não incidem nas contas da Despesa com Pessoal.

**SÓ A LUTA MUDA A VIDA!**